

“O NOSSO MUNDO VISTO POR ...”

MARIA FILOMENA MÓNICA

Não ficará mal começar pela recordação da cimeira que, em Março de 2003, reuniu, nos Açores, Bush, Aznar, Blair e Durão Barroso, a fim de debaterem o estado do mundo, ou antes, o que fazer com o Iraque. Mais uma vez, estas ilhas desempenhavam um papel geo-estratégico importante, facto vislumbrado, muito tempo antes, por João de Andrade Corvo. Em 1870, num opúsculo intitulado *Perigos*, este Ministro dos Negócios Estrangeiros antevia que, daí a cem anos, os Açores viriam a representar um elo de ligação entre os EUA e a Europa, o que conferiria ao país um lugar decisivo no concerto das nações: «A posição geográfica de Portugal, com as ilhas dos Açores situadas no caminho da América, está mostrando que é ele o Estado da Europa cujas relações mais proveitosas podem ser à república americana». Talvez exagerasse, o que não obsta a que o facto de o notar fosse inédito. Mas chega de História oitocentista, o período onde me refugiei.

Hoje, as minhas balizas temporais são as da referida cimeira e as do momento em que vos falo, um tempo – sete anos – em que o mundo se alterou para além do que julguei possível. Antes de entrarmos em matéria, vale a pena recordar o dia, 11 de Setembro de 2001, quando um bando de suicidas islâmicos destruiu as Twin Towers, de Nova Iorque. Nunca um acto terrorista havia sido visto, quase em directo, na televisão. Quando o meu irmão me telefonou, à hora do almoço, dizendo-me para ligar o aparelho, as imagens pareceram-me tiradas de um daqueles filmes de terror em que o actor Bruce Willis aparece como anjo redentor. Demorei mais de dez minutos antes de perceber que alguém estava, de facto, a atacar o World Trade Center.

Restava decidir como deveriam os EUA e, por arrastamento o Ocidente, responder ao ataque. Gosto dos EUA, mas com conta, peso e medida. Desde 1978, quando, pela primeira vez, visitei este país, que admiro a sua energia, o que não impede de me irritar com outros aspectos, como a disponibilidade para aceitar o pensamento politicamente correcto. Em 1832, no seu livro «*Democracy in America*», já Tocqueville notava o perigo, existente naquele país, para ceder à onnipotência das maiorias. Embora admirasse os efeitos da descentralização, alertava para aspectos desagradáveis da vida americana.

Segundo ele, ao contrário do que se pensava, o individualismo não era ali um bem apreciado.

Daí uma certa agressividade americana, estranha numa nação que tem como ideal a ideia de «melting pot» e que resultou da mistura de povos. Mas a passagem na fronteira é, como o pode atestar qualquer pessoa que tenha passado pela experiência, um exemplo de má criação das autoridades. Um país que considera que todos os cidadãos do planeta em nada mais pensam do que em trespassar as suas alfândegas, teria de exhibir, como exhibe, guardas ferozes à sua porta. Apesar de pertencer à raça caucasiana, de falar inglês, de levar o necessário «visto» passado pela Embaixada, a minha primeira entrada nos EUA foi traumática. Os americanos consideram-se, de facto, o Povo Eleito.

O que não impede que, entre as elites, especialmente as universitárias, se tenha instalado, em tempos recentes, uma ideologia que defende que todas as civilizações se equivalem. Apontar defeitos a uma civilização diferente – sobretudo se do Continente negro ou do Médio Oriente – transformou-se num pecado: passámos da sobrançeria europeia do sec. XIX para a hipocrisia relativista do século XX. Caso vivesse actualmente, é possível que Max Weber tivesse dificuldade em ver publicado o seu livro «A Ética Protestante e O Espírito do Capitalismo», onde o êxito é visto como ligado a uma crença religiosa.

E, no entanto, não me parece difícil defender a superioridade da civilização ocidental. Ninguém pode negar ter sido ela a pioneira na separação entre política e religião, um factor decisivo na criação dos Estados modernos, como não me é difícil aceitar o facto de ter sido ela a permitir, no seu interior, o maior e mais sustentado desenvolvimento da Ciência. Finalmente, foi ela quem estabeleceu, no seu interior, mecanismos capazes de controlar a tirania dos grandes senhores e dos monarcas absolutos. Mas, para os adeptos do relativismo cultural, coisas como o sistema de garantias diante do Estado, o regime democrático ou a separação de poderes pouco importam.

Retomo o fio à meada. A 7 de Outubro de 2001, como resposta ao ataque islâmico, os americanos lançaram, no Afeganistão, a chamada «Operation Enduring Freedom» (OEF). Embora alguns militares ingleses, que nela entraram, o soubessem ou devessem saber, os americanos minimizaram as dificuldades de combater num país montanhoso. Não era a primeira vez que o Ocidente andava por estas paragens, onde aliás sempre fora derrotado. Eça de Queirós tem páginas magistrais sobre o que ali aconteceu em 1847, quando a Inglaterra aniquilou tribos seculares, tendo-se apoderado da cidade santa, Cabul,

após ter expulso um velho Emir, o que levou a que vários Messias percorressem o território, pregando a guerra santa. Quando apareceu o grosso do Exército inglês, atravancado de artilharia, escoando-se, por entre as gargantas das serras, a massa devota aniquilou-o.

Foi assim em 1847. E assim foi em 1880. Desta vez, o Exército britânico optou por se refugiar nas cidades de fronteira. Com um vagar oriental, os afegãos cercaram-nos, o que levou o general inglês a ter de pedir reforços, enviados, aos dez, quinze mil homens. De Inglaterra, partiram navios, transportando parques de artilharia. Começou uma marcha, com cinquenta mil camelos, transportando telégrafos, máquinas hidráulicas e dezenas de correspondentes de jornais. Uma manhã avistaram Kandahar. No pó da planície, os afegãos foram aniquilados com as suas cimitarras. Por algum tempo, a Inglaterra gozou a «grande vitória do Afeganistão». Mas os militares sabiam que, dentro de dez ou quinze anos teriam de recomeçar o combate: porque nem a Inglaterra podia anexar este reino, nem consentir na existência dos fanáticos que contrariavam a sua política externa. A solução era debilitá-los periodicamente.

O actual conflito entre o Ocidente e o Afeganistão levou-me a desenterrar as páginas que, a 19 de Setembro de 1880, Eça de Queirós escreveu para o periódico brasileiro *Gazeta de Notícias*. Como é evidente, existem diferenças entre as invasões inglesas do século XIX e os bombardeamentos dos EUA, mas permanecem traços comuns, a começar na geografia, na capacidade de resistência das tribos e nas vicissitudes com que se defronta o país, os EUA, que veste hoje o manto imperial.

Previsivelmente, a pergunta feita por um jornalista, pouco depois do início da invasão do Afeganistão ao Secretário de Estado da Defesa, Donald Rumsfeld, sobre quando terminaria o conflito, ficou sem resposta. A guerra tem suscitado inúmeras dúvidas, tanto à esquerda como à direita. O ensaísta de direita P. J. O'Rourke, que cobriu muitos conflitos dos EUA, revelou não entender o sentido da política externa do seu país; à esquerda, Gore Vidal defendeu que o prioritário deveria ter sido a retirada das tropas americanas da Arábia Saudita. Em 1933, data da fundação da Arábia Saudita, em vez de se terem preocupado com o sistema político que ali deixavam, os americanos preferiram a abstenção. Diante do vácuo, a família Ibn Saud instalou um dos regimes mais corruptos da área, pelo que passaram a navegar em águas turvas. Bin Laden pode estar escondido nos desfiladeiros afegãos, mas as suas fontes de financiamento parecem vir do país onde nasceu.

O extremismo político do Afeganistão não radica apenas na opressão pretérita do Ocidente, mas sobretudo nas dificuldades que as sociedades rurais e atrasadas enfrentam quando entram em contacto com o mundo industrializado. Há vinte anos, V. S. Naipaul, um homem que conhece bem os países islâmicos, escrevia: «Ao conferirem às velhas ideias islâmicas da igualdade e da união novos significados e ao sacudirem sociedades estáticas e atrasadas, as últimas décadas do século XX tornaram o Islão revolucionário».

Se comparada com o que se seguiu, a invasão do Afeganistão foi um caso menor. A 16 de Março de 2003, três dias após a Cimeira das Lajes, o chefe de Estado iraquiano, Saddam Hussein, recebia um *ultimatum* dos EUA que o obrigava ao desarmamento, em 24 horas, das armas de destruição maciça que supostamente possuía. Por nada ter acontecido, os americanos optaram por invadir o país. Muitos criticaram o facto de os EUA não terem recebido a bênção da ONU, mas, dada a composição deste organismo, seria difícil iniciar esta acção com o seu beneplácito. Por outro lado, importa não esquecer que, ao ter desprezado as leis internacionais, o Iraque se pusera a jeito.

Como os países que têm experiência do fenómeno sabem, a única linguagem que um terrorista entende é a força. Ora, possuindo os americanos o maior arsenal existente no universo, estranho seria que o não usassem: não, como alguns pretendem, para roubar o petróleo do Médio Oriente, mas para incutir medo nos espíritos dados à propagação do Islão, na sua versão extremista. Infelizmente, em vez de admitirem o que lhes ia na alma, os americanos decidiram apresentar o combate como uma guerra de libertação. Foi horrível contemplar a confusão nos olhos dos jovens soldados, convencidos que tudo se iria passar como no Paris libertado de 1945. Só quando chegaram a Bagdad, aliás em circunstâncias que falta explicar, se ouviram aplausos. A 30 de Abril de 2003, o Secretário de Estado norte-americano Rumsfeld declarava não ter a coligação vontade de ocupar ou dirigir o Iraque, após o que acrescentava: «Não viemos para conquistar ou ocupar, mas para libertar». Ora, só em condições muito especiais é possível ajudar a libertar alguém.

Como, entre outros, os portugueses o deveriam saber. A liberdade imposta por outrém é sempre condicionada. A Carta Constitucional de 1826, «outorgada» (isto é, dada) por D. Pedro IV à Nação, não tinha raízes no país. Daí a dificuldade que os portugueses tiveram em perceber o significado do papel, trazido, do Brasil para a Metrópole, pelo inglês Lord Stuart. Seguiram-se várias guerras civis, até que, em 1851, fartos de se matarem uns aos outros, os portugueses optaram por aceitar o que o Duque de Saldanha lhes propunha,

isto é, uma reconciliação, aliás imposta pelas baionetas. Como, muito depois, aconteceu, a 25 de Abril.

O Islão ainda não separou o poder clerical do civil, pelo que a perspectiva de se obter um regime liberal no Médio Oriente é impossível. Como sabemos, mas nos esquecemos, democracia e a liberdade não são uma e a mesma coisa. A existência de instituições como o Estado de Direito ou um judiciário independente é mais importante do que a regra que consiste na afirmação «um homem, um voto». Sob a capa da democracia, há regimes que ignoram os limites constitucionais ao poder, impedindo os cidadãos de ter acesso a direitos fundamentais. O mundo árabe tem estado dilacerado entre o feudalismo dos *sheiks*, que fingem aceitar o Ocidente para poder fazer compras no *Harrod's*, e o fanatismo dos extremistas religiosos, do tipo Ben Laden, que dizem odiar a secularização, a prosperidade e o sucesso do Ocidente, com o objectivo de atrair a si os miseráveis.

No Ocidente, o liberalismo levou séculos a instalar-se. Na Inglaterra, para tomar o exemplo clássico, foram necessários quatrocentos e tal anos, ou seja, os que separam a «Magna Carta», de 1215, com a sua cláusula «Nullus liber homo», e a decapitação de Carlos I, em 1649, às mãos de um Parlamento que se recusava a aceitar um rei absoluto. Note-se que isto se passou antes da Revolução Francesa, mais propensa a valorizar a igualdade do que a liberdade. Poderemos esperar que os povos do Médio Oriente saltem de um dia para o outro de uma cultura retrógrada para uma civilização em que os direitos do homem são respeitados?

Vão passados mais de sete anos desde que Bagdad caiu. Quando vi as primeiras imagens do acontecimento na televisão, imaginei que, à caminhada triunfal dos americanos, se seguiria uma armadilha. Não era possível, pensei, que o regime de Sadam Hussein fosse tão frágil. Mas era-o: depois do chefe ter desaparecido, nada aconteceu, ou antes, aconteceram coisas impensáveis. Foi então que comecei a duvidar da opção em apoiar a invasão do Iraque. De qualquer forma, estávamos perante um dilema: não se tratava de optar entre o Bem e o Mal, mas de escolher entre o menor de dois males, a saber, a invasão ou a inacção diante da Al Qaeda.

Percebo os motivos dos que argumentam que o Ocidente não se devia ter imiscuído em mudanças de regime, uma vez que o papel dos Estados se reduz a tratar dos respectivos interesses, mas, na altura, considere que aquilo que era verdade nos finais de oitocentos, não o era num mundo onde tudo – mercados, pessoas, ideias – se globalizara. Alguém, algum dia, teria de enfrentar

Saddam Hussein. Devo confessar que, desde o início, a forma como o Presidente americano e o Primeiro-Ministro britânico apresentaram os motivos para se lançarem na guerra me inquietou: em vez de terem dito a verdade ao eleitorado – ou seja, que pretendiam incutir o pavor nas almas terroristas – afirmaram que Saddam Hussein dispunha de armas de destruição maciça, o que, como hoje sabemos, não é verdade. Por outro lado, nem o meu pessimismo conseguiu prever as dificuldades com que as tropas ocupantes se defrontaram. Finalmente, jamais imaginei que os EUA se revelassem tão ineptos no «saneamento» do Exército e do Judiciário iraquianos (se é que de iraquianos podemos falar), nem que o ódio entre as seitas fosse tão forte.

O meu ódio ao fanatismo islâmico e o meu desprezo pelo complexo de inferioridade europeu relativamente aos EUA levaram a que não tivesse adoptado a atitude justa, isto é, o silêncio. Se há coisas que mantenho, como a necessidade de se usar a força contra o terrorismo e a crítica à ideia de que é possível «libertar» um país do opressor nativo, reconheço que, no essencial, falhei. Em primeiro lugar, não tive em conta o facto de que, como nação, o Iraque não existe; depois, não me passou pela cabeça que os EUA se estivessem esquecido de elaborar um plano de reorganização para o período após a queda de Saddam.

Ao longo dos anos, as desilusões sucederam-se. Não foram apenas as fotografias de Abu Ghraib e Guantanamo que me chocaram: pior foi o ter conhecimento de que as ordens para o uso da tortura haviam vindo de cima. Se um país decide invadir outro em nome dos direitos do homem convém que pratique, em casa, aquilo que apregoa. Nada parece ter solução. Enquanto nos EUA a confusão reina, no Iraque o número de baixas não para. Diante do olhar, entre espantado e impotente, das forças ocupantes, o líder xiita al-Sadr, que se toma por um novo Madhi, montou um exército, cujo objectivo é matar o maior número possível de sunitas, os quais, como é obvio, se vingam.

Ao contrário do que alguns julgam, não se trata de uma guerra entre uma ala moderada e outra extremista, mas de um conflito religioso entre xiitas e sunis, uma luta que remonta ao tempo da sucessão de Maomé (os primeiros defendem que o sucessor do Profeta é Ali, seu genro e primo, os segundos que é o califado, um cargo eleito entre os membros de um clã). Como se isto não bastasse, existem, dentro de cada facção, lutas pela predominância político-religiosa. Em suma, as Forças Armadas americanas estão encurraladas entre gangues cujo fim é o extermínio dos rivais.

Que me tenha enganado, não me espanta. Mas que os homens mais poderosos do mundo o tenham feito inquieta-me. Mesmo os ingleses, que conhecem bem o mundo árabe, não se aperceberam, ou, pelo menos, o seu líder, Tony Blair, não se apercebeu, da aventura em que estavam a embarcar. Num livro recente, intitulado «Arabs: a New Perspective», Mark Allen lamenta esta amnésia, citando o facto de não ter sido tomado em conta o papel que o sangue representa na identidade árabe. Ao preferir concentrar a atenção no nacionalismo, o Ocidente minimizou a importância do sectarismo religioso, bem como aspectos da cultura árabe – como a preferência pelo consenso em vez da polémica – que não se adaptam a uma democracia multipartidária.

Deixei para o fim a questão mais delicada, a da legitimidade do uso da tortura. Nas aulas de Ética a que assisti, uma das perguntas clássicas era a seguinte: «Você acaba de prender um suspeito que se pensa possuir informações sobre um atentado, a ter lugar dentro de horas, o qual matará centenas de pessoas: usará ou não da tortura?». Sabemos hoje que Bush deu ordem à CIA para assassinar «inimigos no estrangeiro», baseando-se numa interpretação lata do art.º 2 da Constituição americana, o qual declara que o país pode legitimamente matar um indivíduo para se defender. Apesar disso, na sequência de várias tentativas, falhadas, para eliminar chefes de Estado tidos como indesejáveis (veja-se o que se passou com Fidel Castro), a utilização do assassinato político foi proibida nas décadas de 1960 e 1970. Bush decidiu contornar a lei, com o argumento de que o que determinara se baseava numa directiva presencial e não num decreto. Do ponto de vista legal, tratar-se-ia tão só de atribuir uma verba para uma missão especial. Mas ninguém se iluiu. No dia seguinte, durante uma conferência de imprensa, o então Secretário de Estado da Defesa foi interrogado sobre a legalidade da tortura. Irritado, Rumsfeld afirmou: «A questão aqui é se temos ou não o direito de ir à procura de quem ameaça a nossa vida. E temos». Na minha opinião, a resposta não é satisfatória.

Foi isto que Obama considerou durante a campanha eleitoral, quando prometeu não só deixar de usar a tortura, como acabar com o campo de Guantanamo, o que não veio a suceder. Consigo imaginar os problemas jurídicos que tal acto implica mas, a ser assim, não o deveria ter dito. Pensando que estava a ser idealista, fui reler Maquiavel. Se formos ver o significado do termo «maquiavelismo» a um dicionário, constataremos que a definição é a de «uma doutrina segundo a qual ao príncipe ou ao Estado é lícito recorrer a todos os meios (incluindo o assassinio) para alcançar os seus fins» (Porto

Editora, 6.^a edição), o que é errado. Maquiavel legou-nos o realismo, não o cinismo político. Para ele, as acções humanas tinham de ser estudadas, não como *deveriam ser*, mas como efectivamente *eram*, o que, numa época em que se acreditava que tudo era dominado pela transcendência, soava, e era, herético. Não admira que o livro tivesse sido posto no «Index» pelo papa Clemente VIII.

Crê-se muitas vezes que Maquiavel afirma que os políticos têm justificação para usar todos os meios ao seu alcance a fim de obter aquilo de que julgam carecer, mas, de facto, nada nos diz sobre a justificação dos meios pelos fins, afirmando apenas que «nas acções de todos os homens, e especialmente dos príncipes, em que não existe um árbitro imparcial, temos de considerar o resultado final». O que o interessava era convencer os contemporâneos que as acções humanas possuem causas, que as condicionam, e resultados nem sempre fáceis de prever. Quanto à guerra, ele que assistiu a tantas, a sua posição é clara. Citando Tito Lívio, eis o que escreveu no capítulo final: «A guerra é justa quando é necessária, as armas são sagradas, quando não há outra esperança para além do recurso às mesmas». Caso fosse vivo, tenho a certeza de que Maquiavel nos poderia ajudar a resolver os dilemas suscitados pelo atentado de 11 de Setembro. Mesmo sem ele deve ser claro que a tortura é um limite intransponível. Não são apenas os direitos usualmente referidos como fundamentais – o direito à privacidade, à livre expressão, à reunião – que estão em causa, mas a forma como tratamos o inimigo. É em situações limite que os homens, e as sociedades, se definem.

Se, do meu observatório pessoal, os anos recentes foram ocupados a ver o que se passava nos EUA, na Europa e no Médio Oriente, tomei igualmente conhecimento que, noutras latitudes, as coisas estão a mudar: depois do fim da Guerra Fria, o mundo é multipolar. O Atlântico – e os Açores por tabela – perderam relevo, a favor do Pacífico e do Índico. A economia está globalizada, o que afectou os níveis de emprego, nos EUA e na Europa. Os chamados BRICS – o Brasil, a Rússia, a Índia e a China – correm a caminho do desenvolvimento económico, olhando com desprezo os PIGS – Portugal, Itália, Grécia e Espanha – cujas economias deixaram de ser competitivas. Em suma, o Ocidente deixou de ser o centro do mundo.

Dois países autoritários – a Rússia e a China – afirmaram-se como potências económicas. Tendo a Europa e os EUA aberto as suas alfândegas, os produtos chineses estão a chegar, a preços impensáveis, às nossas portas. A explicação é simples: na China, um trabalhador não qualificado ganha, em média, 1.348

yans por mês, ou seja, US\$ 197, pouco mais do que 1/20 do salário médio dos EUA (muito mais, note-se, do que ele auferia no ano transacto). Na China, existem 130 milhões de trabalhadores que «migram» todos os anos, como dantes acontecia, em Portugal, quando os beirões deixavam as aldeias para fazer a ceifa no Alentejo. Nalgumas regiões surgiu um fenómeno inédito, a falta de mão-de-obra, o que ajudará às reivindicações salariais e, a prazo, à emergência de greves.

Muito se tem discutido das vantagens e inconvenientes do modelo de crescimento económico sob regimes autoritários. Não é aqui o local nem o momento para sobre tal falar. Quero apenas dizer que não é líquido que estes dois países estejam a crescer economicamente por serem repressivos. Se Moscovo e Pequim tivessem aberto os respectivos sistemas políticos não teriam crescido da mesma forma ou até mais depressa? É bom que não se tirem conclusões apressadas sobre as vantagens de um pulso forte.

Como estamos, dez anos depois do ataque às Twin Towers? A nível mundial, os números permitem uma visão optimista: a esperança de vida aumentou de 59 para 70 anos; o PIB duplicou; a taxa de pobreza passou de 34% para 25%. Há actualmente mais gente a viver durante mais tempo, em melhores condições e a produzir mais. Acontece que isso não se passa no país onde nasci, nem na civilização em que fui criada. O que não me faz ser contra a globalização. Mesmo para nós, ocidentais, ela é positiva. Apenas teremos que nos adaptar à concorrência, um fenómeno que, durante séculos, andámos a pregar. O que me preocupa não é a produtividade dos países emergentes, mas coisas mais frágeis, como a liberdade, os direitos humanos e o Estado de Direito. A Europa tem uma nobre tradição – a do respeito pelas liberdades – que a levou a premiar a excelência. Pode ser que a Rússia e a China compreendam que, sem ela, não há economias dinâmicas. Por outro lado, o Estado de Direito é um produto que a Europa talvez possa exportar para o que dantes chamávamos o Resto do Mundo.

